

Cortesias concretas

Pela segunda vez o governador Hélio Gueiros visitou Recife, sempre pelo mesmo motivo: levado pelo grupo João Santos. A primeira vez foi na escala de uma outra viagem, que teve a capital pernambucana apenas como ponto intermediário. Na sexta-feira à noite Gueiros viajou para Recife com um objetivo: participar do almoço dos 80 anos do milionário João Santos, que ainda comanda com mão de ferro seu império empresarial. Foi uma deferência especial em se tratando de um governador que nem sempre comparece a encontros com outros governadores e não se dispõe a sair de Belém por qualquer pretexto.

O grupo João Santos, que já tem uma fábrica de cimento em Capanema, a Cibrasa, está construindo outra em Itaituba, com recursos dos incentivos fiscais administrados pela Sudam. Esta fábrica deveria ser implantada simultaneamente à de Manaus, que já funciona há mais de dois anos. Embora com cronograma muito defasado, a Caima-Itaituba é a maior absorvedora dos recursos do artigo 17 do Finam, que já vêm de Brasília com destinação definida. Para a fábrica de Itaituba funcionar, garantindo seu controle monopolístico sobre o cimento na Amazônia, o grupo João Santos precisa de um — alias, bastante extenso — ramal de energia desde a hidrelétrica de Tucuruí, tarefa espinhosa mesmo para um "lobby" poderoso como o dele, porque não dará lucro para a empresa geradora de energia.

Um jatinho executivo do grupo João Santos levou o governador a Recife. É o mesmo avião que Hélio Gueiros costuma usar em seus deslocamentos para fora do Pará. Gratuitamente, o aparelho também foi utilizado muitas vezes pelo então governador Jader Barbalho. É uma cortesia do segundo maior produtor de cimento do Brasil.

Tartaruga à PSD

Políticos do antigo PSD (Partido Social Democrático), depois abrigados sob a legenda do PMDB, se reencontraram no dia 19, na festa de aniversário do procurador geral da Fazenda do Es-

tado, o ex-senador Pedro Moura Palha. Além das conversas sobre política, uma das atrações da noite foi o cardápio, enriquecido por pratos de tartaruga, casquinho de muçua e lagosta. Entre os convivas, o superintendente da Sudam, Henry Kayath. A superintendência do Desenvolvimento da Amazônia já aprovou um projeto para a criação de tartaruga em cativeiro, a forma de permitir o abate do animal sem agravar o risco de sua extinção, mas a experiência não deu certo. O que não impediu os convivas de Moura Palha, embalados por um conjunto de seresta contratado para animar a noite, de enfrentarem com valentia o suculento — ainda que proibido — menu. Ninguém do IBDF respondeu presente ao ágape, como dizem os redatores de notas sociais.

Pagamento generoso

Em novembro de 1984 o Instituto Tecnológico de Brasília, dedicado à implantação de escolas de 1.º e 2.º graus na capital federal e sem qualquer vínculo com a área financeira, propôs ao Banco do Estado do Pará intermediar empréstimos de 20 milhões de dólares, que estava engatado no governo federal, cobrando taxa de 1,75% sobre a transação. Em 90 dias, o presidente do ITB, Agnaldo Menezes Dantas, garantia obter a carta de prioridade do Banco Central em troca dos 350 mil dólares, que seriam gastos em "serviços de assessoria e consultoria para acompanhamento e liberação da carta de prioridade".

O advogado Paulo Lamarão, autor de 10 ações judiciais contra a administração anterior, achou estranho que um instituto educacional aparecesse como intermediário numa operação de empréstimo entre dois bancos oficiais. Inutilmente tentou localizar o ITB em Brasília, mas ajuizou uma ação popular contra o Banco do Estado, acusando-o de ter pago 350 mil dólares (quase 20 milhões de cruzados) sem a contraprestação do serviço, já que o empréstimo até hoje não saiu. O advogado considerou

ainda mais grave o pagamento feito antecipadamente, através de três cheques, cujas cópias anexou ao processo.

Somente agora, já sob nova administração, compartilhada pelo Estado e o Banco Central, o Banpará admitiu o envolvimento do ITB na operação. Respondendo à solicitação da juíza Marta Inez Antunes Lima, o presidente do banco, Frederico Coelho de Souza, informou que o único documento a respeito da transação existente nos arquivos era uma xerox da carta do presidente do ITB. Nem mesmo o original da correspondência foi encontrado. Quanto mais outros documentos ou o dinheiro.

Jogo traumático

O levantamento de todas as irregularidades praticadas nos últimos meses no Banco da Amazônia, que agora está sendo estendido à agência da Pedreira, em Belém, foi obtido através de um paciente trabalho de seus próprios auditores. Eles tiveram que montar um verdadeiro quebra-cabeça até reconstituir as operações, mas não contaram com o apoio do Banco Central para rastrear o dinheiro drenado para outros bancos.

É provável que o Departamento Regional do Banco Central em Belém já conheça toda a rota do dinheiro desviado do BASA, mas seus funcionários se mantêm em completo mutismo, inclusive em relação aos auditores do Banco da Amazônia. Essa atitude seria consequência do trauma sofrido pelo Bacen quando da intervenção no Banco do Estado do Pará. Por causa da reação política do governador Hélio Gueiros, que pediu e conseguiu as cabeças do chefe de departamento, chefe adjunto e do presidente e secretário-geral da associação dos funcionários. Temendo os mesmos desdobramentos, o pessoal do Banco Central em Belém preferiu agora jogar na retranca e deixar a questão por conta e risco do próprio BASA.

Jornal Pessoal

Editor responsável: Lúcio Flávio Pinto
Endereço (provisório): rua Aristides Lobo, 871,
Belém, Pará, 66.000. Fone: 224-3728.
Opção Jornalística

PMDB

Os atritos de Gueiros e Jader

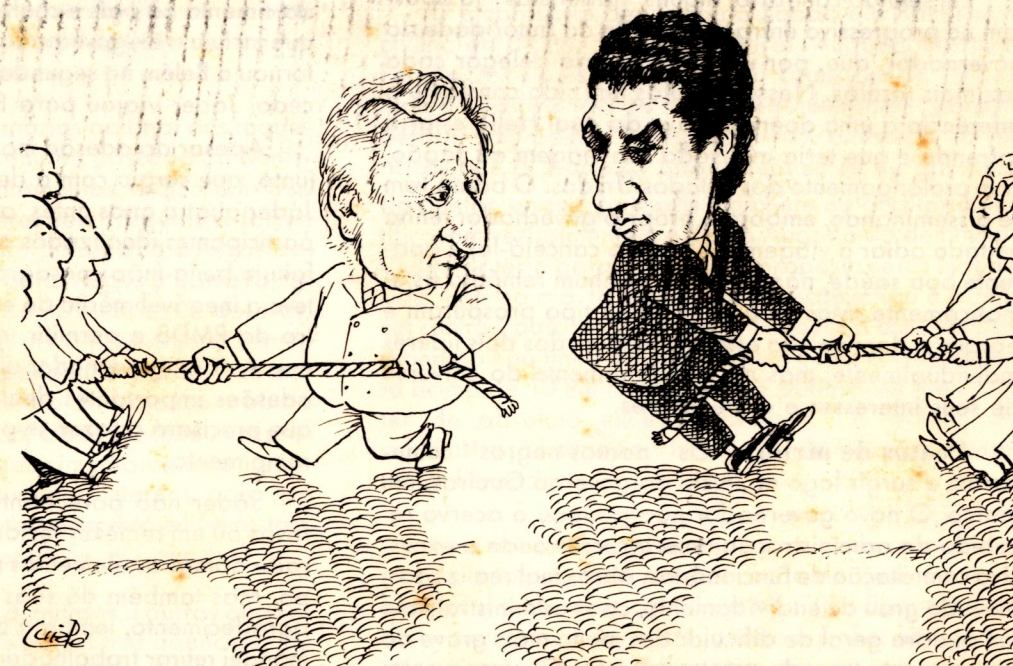
Os grupos liderados por Hélio Gueiros e Jader Barbalho trocam tiros nos bastidores, mas quem sai ferido é o PMDB: fica cada vez mais precária a união interna, enquanto crescem as divergências entre os dois grandes aliados.

Crescem os pontos de atrito e as fontes de irritação mútua entre o governador Hélio Gueiros e o ministro Jader Barbalho, os dois principais líderes do PMDB no Pará. Apesar da pre-ocupação de ambos em preservar as aparências e não comprometer a amizade de longos anos, os dois grupos — o primeiro mais marcadamente administrativo, o segundo basicamente político — se hostilizam nos bastidores já há bastante tempo, trocando farpas e indiretas.

Os "jaderistas" se queixam da impassividade do governador, que não estaria respondendo, com favores e prioridades, aos que o ajudaram a eleger-se, "carregando o pesado fardo que ele foi durante a campanha eleitoral", conforme a expressão de um dos políticos fiéis ao ex-governador.

O líder do PMDB na Assembleia Legislativa, Nicias Ribeiro, expressou essa posição durante uma reunião da bancada na semana passada. Disse que estava disposto a entregar o cargo porque não tem mais função: o governador não o recebe, não atende seus pedidos e nem mesmo se dispõe a marcar um encontro com os deputados, que recorreram ao líder para conseguir a reunião. Nicias aproveitou para criticar e ironizar um plano de trabalho da Secretaria de Educação para o Xingu, apontando o que considerou "falhas gritantes". A secretária é a esposa do governador, Terezinha Gueiros.

Muitas farpas — As queixas, feitas em tom duro, deveriam ser mantidas em sigilo, mas pelo menos dois dos participantes da sessão vazaram informações para a imprensa. O governador não conteve as opiniões que só expressa em círculos mais íntimos, ao reagir às afirmações de Nicias, um dos políticos mais



identificados com Jader Barbalho.

Hélio respondeu que tem muitos compromissos para cumprir e não pode ficar recebendo apenas deputados. Foi ferino quando disse que os políticos que quiserem conversar com ele o encontram sempre no Palácio Lauro Sodré: "Eu não me escondo nem no Idesp, nem na Cohab e nem no Banco do Estado do Pará", disse, numa clara alusão ao hábito de seu antecessor de despachar nesses órgãos e para lá convocar apenas as pessoas com as quais tinha interesse em falar, negando sua presença para as demais. Na relação, Hélio deixou de incluir as secretarias de Planejamento e da Fazenda, as duas peças-chave nesse roteiro de administração informal ou paralela que constitui uma das mais notáveis características de Jader como governador.

Procurando desqualificar as reclamações de Nicias, Hélio disse que razões teria para queixar-se, se quisesse, o deputado Mário Chermont, que é o líder do governo no Legislativo. Mas Chermont, remanescente do velho PSD antes de passar ao MDB e, em segui-

da, ao PMDB (ao contrário de Nicias, um produto da era "jaderista"), ao que parece não está interessado em reclamar, nem de público, nem em pretensas reuniões sigilosas, embora não lhe faltem motivos (sua hora eleitoral vem sendo depredada pelo correligionário Carlos Kayath, com a ajuda dos bulldozers financeiros da Sudam, comandada pelo pai, Henry Kayath, o candidato a candidato ao governo mais próximo do coração de Hélio).

Enquanto se preocupa com seus interesses clientelistas, Nicias teria descurado sua missão específica, que é defender o governo no parlamento, retrucou o governador, queixando-se de ficar sem defesa em certas ocasiões. "Os partidos de oposição até que são camaradas, não apertam tanto", complementou. A família do governador vai além na interpretação dessa omissão: ela acha que setores do partido são na verdade os maiores opositores do governo. É como reage quando lê o "Diário do Pará", de propriedade do ministro Jäder Barbalho: "Vamos ver o que diz o jornal da oposição", costuma observar, sardônico, um dos filhos de Hélio.

Em sentido contrário, alguns "jaderistas" já apostam no progressivo enfraquecimento da autoridade do governador, que, por inapetência, iria delegar cada vez mais tarefas. Nesses círculos tem sido constante a referência a uma doença grave da qual Hélio estaria sofrendo e que teria motivado sua viagem ao Japão, com prolongamento aos Estados Unidos. O boato vem se disseminando, embora o próprio governador tenha tentado adiar a viagem (ou mesmo cancelá-la) e aparente boa saúde, não tomando nenhum remédio sistematicamente. Mas se boatos desse tipo prosperam é porque a doença não está em nenhum dos dois líderes individualmente, mas no relacionamento do universo de seus interesses e dependentes.

Pontos de atrito — Os "pontos negros" começaram a surgir logo no início do governo Gueiros, em março. O novo governador não poupou o acervo recebido da administração anterior, criticando a excessiva contratação de funcionários, obras mal realizadas, elevado grau de endividamento, caos administrativo e um quadro geral de dificuldades muito mais grave do que o retrato traçado antes por Jäder. Gueiros manteve durante muito tempo sobre sua mesa um exemplar do Diário Oficial que publicou o reenquadramento de seis mil funcionários, transformados de precários em efetivos, um dos últimos atos de Jäder. Se tivesse que demitir, começaria por aqueles nomes porque a efetivação era ilegal, repetiu várias vezes para assessores.

A investida sobre esses bolsões de empreguismo, formados à margem da política clientelista de Jäder, provocou um atrito entre Hélio e o pai do ex-governador, Laércio Barbalho. Laércio pediu demissão do cargo de assessor especial do governo, que ocupou durante os quatro anos anteriores sem o exercer, e a partir daí começou uma sutil campanha contra o governo através do "Diário do Pará" (reforçada com o afastamento de Bechara Frahia da estratégica 1.ª Delegacia Fiscal, com sede em Belém). Depois os dois foram reconciliados por interferência de Henry Kayath.

As mágoas dos "jaderistas" cresceram quando Hélio preferiu manter-se em atitude de expectativa, em Belém, ao invés de montar acampamento em Brasília, engrossando o "lobby" dos que tentavam conseguir

para Jäder um ministério menos indigesto do que o atual. Os "jaderistas" acharam que faltou empenho ao governador e Jäder, na época, teve que desistir do MIRAD, ocupado por Marcos Freire. Quando o ex-senador pernambucano morreu, Hélio foi chamado a Brasília e ouviu, impassível, o presidente José Sarney anunciar-lhe que escolheria um paraense como substituto de Freire. O governador agradeceu, elogiou a iniciativa, mas nem perguntou quem Sarney indicaria. "Simplesmente não se comprometeu", interpretou um deputado peemedebista.

O atrito com Nicias Ribeiro provocou a confrontação mais aberta, porém o golpe mais sentido foi dado no dia 25. Embora o cerimonial do Palácio Lauro Sodré tivesse distribuído convites internos, somente dois secretários de Estado — Romero Ximenes, do Trabalho, e Frederico Monteiro, da Fazenda — foram à festa de aniversário de Jäder, realizada — no mais típico estilo populista — no conjunto Jaderlândia. Mas o governador Hélio Gueiros preferiu viajar para Recife, na sexta-feira à noite, e lá comemorar os 80 anos do empresário João Santos, dono do segundo maior cartel do cimento no país e chefe de um "lobby" poderoso, que incluiu o ex-governador Alacid Nunes. Hélio só retornou a Belém na segunda-feira. No dia seguinte, bem cedo, Jäder viajou para Brasília.

Apesar da adesão maciça dos moradores do conjunto, que surgiu com a desapropriação da área por Jäder quatro anos antes, a festa não recebeu os 15 mil participantes idealizados por seus organizadores, nem foi um beija-mão consagrado, como pensavam. Mas teve o inegável mérito de esclarecer as tendências dentro do PMDB e permitir uma certa avaliação de forças. A do ex-governador ainda é poderosa e conta com adesões importantes dentro da atual administração, que precisará refazer-se profundamente se houver um rompimento.

Jäder não parece interessado em aprofundar o fosso ou em remexer feridas. Ao contrário, tem procurado domar os elementos mais impetuosos de seu grupo. Mas também dá suas estocadas. No discurso de agradecimento, lembrou que, mesmo vaiado, "nunca mandei retirar trabalhadores da frente do Palácio", numa mais do que clara alusão à atitude do governador Hélio Gueiros contra uma das manifestações de protesto dos professores.

Ainda é mais difícil dizer se no futuro a relação entre os dois continuará sendo pontilhada por essa guerrilha verbal de desgaste ou se evoluirá para um combate aberto, com desdobramentos imprevisíveis no momento. Hélio poderia tentar formar uma bancada própria, selecionando apoios em outros partidos e, eventualmente, chegando a uma composição com o ex-governador Alacid Nunes. Mas sua vertente mais natural é o crescente aproveitamento de gente do antigo PSD, como ele próprio. Uma atitude dessas certamente enfraqueceria sua base de sustentação legislativa, mas talvez não por muito tempo. Já a situação de Jäder está vinculada ao seu desempenho no caótico e instável governo de Sarney, dependendo tão ou mais dos outros do que dele próprio. De qualquer maneira, o quadro estará definido até janeiro, com a corrida às prefeituras municipais, a prévia do grande teste de 1990.

Rombo cresce e pode afundá-lo

Uma história inacreditável de irregularidades está por trás das fraudes no Banco da Amazônia. O desafio, agora, é o de punir os responsáveis. Maior ainda é a tarefa de evitar que o banco acabe sendo extinto.

Durante oito meses o Banco da Amazônia sofreu "um verdadeiro assalto ao seu patrimônio" em consequência de "tráfico de influências junto ao Banco e abuso de poder no processo operacional interno, na área de Crédito Geral", segundo as conclusões de um relatório de auditoria interna elaborado a 21 de agosto. Do lucro de 3,6 bilhões de cruzados apresentado no balanço do primeiro semestre, o Basa poderá chegar ao final do ano com prejuízo e seriamente ameaçado de sofrer restrições ou mesmo de vir a ser extinto, desaparecendo sob uma sigla que surgiria de sua fusão com o Banco do Nordeste.

Éstas as perspectivas sombrias ao final dos inquéritos internos, entregues na semana passada ao Ministério do Interior. Os levantamentos indicaram que aproximadamente 600 operações irregulares foram realizadas no setor de crédito geral, quase todas autorizadas pelo então diretor-geral Augusto Barreira Pereira, no valor aproximado de 30 milhões de dólares, parcela considerável dos quais dificilmente o banco conseguirá reaver. Além do prejuízo material, que tenderá a crescer até o fechamento do balanço e ainda não foi completamente medido, o Basa recebeu um profundo abalo moral, "que carece imediatamente ser recuperado", como dizem os auditores internos, para que possa se manter "como empresa respeitável" e restaurar a "moralidade profissional de seu quadro".

Seis funcionários foram demitidos e outros oito sofreram punições administrativas nas três agências - de Belém, Itaituba e Rio de Janeiro - nas quais foram apuradas as irregularidades. Mas os principais responsáveis e maiores beneficiários, por já estarem fora do banco ou não terem com ele qualquer tipo de vinculação, ficaram fora do alcance dos inquéritos. O ex-diretor e ex-presidente Augusto Barreira e seu filho, intermediário na maioria das transações, sequer foram ouvidos, embora responsabilizados pelos danos causados. Ao receber os autos dos inquéritos, em Brasília, o ministro do Interior, João Alves, garantiu ao presidente interino do Basa, Luiz Estanislau Lobão, que os dois - e outros implicados - serão atingidos por outros meios: através dos inquéritos policiais, a serem conduzidos pela Polícia Federal, dos processos por sonegação de imposto de renda e enriquecimento ilícito, na Receita Federal, de inquérito do Banco Central e das ações penais que a Procuradoria Geral da República provocaria.

Origem da explosão — As promessas foram recebidas com certo ceticismo dentro do próprio Basa. Em novembro do ano passado, quando as transações ilí-

citadas estavam apenas começando, o mesmo Luiz Lobão, então na diretoria, e o auditor Evandro Rosas, foram procurados por um empresário que estava organizando uma pequena firma de prestação de serviços. O empresário havia pedido 260 mil cruzados de crédito para capital de giro, com base na resolução 695 do Banco Central, oferecendo como garantia apenas seu aval e o da esposa.

O empresário denunciou a Lobão e a Rosas que o filho do diretor de crédito geral, Augusto Barreira Pereira Júnior, estava cobrando comissão de 10% e mais a transferência de duas linhas telefônicas para liberar o empréstimo. Lobão confirmou a história ao verificar que a proposta estava realmente no gabinete do diretor, enquanto Rosas e o chefe da auditoria notificavam verbalmente o próprio Augusto da denúncia. O diretor teria garantido que a proposta seria indeferida, mas no dia 16 de janeiro a encaminhou à agência centro "para providenciar". A agência concluiu que o pedido não tinha amparo técnico e que o atendimento acima de 10 mil cruzados "só poderá ser em caráter de absoluta excepcionalidade", a critério de administração superior. No dia 10 de março o dinheiro foi liberado.

Se o procedimento normal para esses casos tivesse sido adotado, com a instauração de sindicância, o banco talvez tivesse contido a frenética liberação de dinheiro que ocorreu entre janeiro e junho. Mas todos se omitiram, inclusive a diretoria, que, na semana passada, decidiu punir os funcionários da agência de Belém, que participaram - ativamente ou passivamente - das transações em escala hierárquica inferior. No seu depoimento, o principal desses punidos, o gerente Clélio de Lima Pontes, mostrou que a omissão ou passividade generalizadas eram produto da luta pela presidência do banco, estimulada inicialmente pelas constantes ausências do então presidente e aberta em seguida pelo pedido de demissão de Carlos Thadeu. Havia ainda uma outra componente, segundo Clélio: "Com a forte personalidade do diretor Augusto e, até certo modo, sua condição de homem temperamental, este dominava integralmente os atos do banco, com o que todos se curvavam".

Com o apoio do genro, Mauricio Vasconcelos, secretário-geral do Ministério do Interior (ao qual o Basa está subordinado) e, agora, assessor do chefe do Gabinete Civil da Presidência da República, o mesmo Ronaldo Costa Couto, Barreira Pereira era um diretor poderoso: contava como certa sua confirmação defi-

nitiva na presidência, que ocupava em rodízio com outro diretor, Matias Pereira, apoiado pelo Amazonas e com direitos ao cargo se o acordo entre os governadores fosse respeitado. Barreira tinha tantos poderes que mesmo quando as operações na área do crédito foram suspensas, a partir de seis de maio, ele continuou liberando dinheiro porque tinha à sua disposição "uma dotação para atender casos especiais", segundo revelou Clélio no inquérito.

Houve assim "uma verdadeira explosão de créditos, num exíguo espaço de tempo", em três agências, como verificou o Departamento de Auditoria Interna em seu relatório de 21 de agosto. As operações eram realizadas com "total irresponsabilidade", através de deferimentos "sem respaldo técnico nenhum que pelo menos teoricamente pudessem conduzir a um desfecho favorável". Relata o Audin: "Inúmeras operações realizadas na Agência Belém-Centro foram negociadas a taxas inferiores às determinadas pelo Comitê de Taxas, levando a Banco a considerável prejuízo com reduções percentuais de aproximadamente 30%, em média".

Dinheiro derramado — Em janeiro a aplicação global do banco era de 2,8 bilhões de cruzados e os créditos vencidos representavam apenas 32,5 milhões, ou 1,16%. Em junho a aplicação havia dobrado para 5,6 bilhões e os créditos anormais saltaram para 23% do total (Cz\$ 1,3 bilhões), "exageradamente acima do nível tecnicamente admissível, que é de 5%", dizem os auditores. Nessa "situação de verdadeiro descalabro", as três agências concentravam 92% dos créditos considerados anormais.

Constatou a auditoria que a "quase totalidade" das operações realizadas nas três agências "foi autorizada pela Diretoria de Crédito Geral, através de seu assessor, Dr. Antunes Nunes da Silva, com quem eram mantidos os contatos pelos Gerentes, sem respaldos técnicos mínimos em favor de clientes de reputação duvidosa e na maioria sem tradição de negócios com o Banco".

Era incrivelmente fácil levantar dinheiro no Basa. Os procedimentos, acrescentam os auditores, "consistiam em autorizações dadas apenas por contatos telefônicos, com homologações "a posteriori" via telex ou simples comunicação interna. Nas Agências operadoras a auditoria constatou inexistência de documentos que pudessem legitimar os créditos, inclusive de fichas cadastrais, fator primordial para a análise e deferimento dos empréstimos". Na agência do bairro de Madureira, no Rio de Janeiro, onde a situação era mais caótica, "todas as operações foram realizadas sem a necessária documentação, à revelia dos preceitos básicos das diretrizes internas". Observam que ali houve até caso de estelionato por saques em contas correntes de clientes por pessoas não autorizadas, "o que poderá levar o Banco, inclusive, a reembolsar tais clientes pelos pagamentos indevidos".

Em 24 contratos feitos na agência carioca, no valor de 572 milhões de cruzados, 508 milhões já venceram e não foram pagos. "Alguns clientes têm comparecido à Agência propondo a composição de seus débitos, contudo sem oferecer as necessárias garantias e com isso causando um impedimento às regu-

larizações", diz o relatório da comissão de inquéritos administrativo, de 18 de setembro. Ela admite que, embora estejam em estudo cobranças por meios judiciais, há "remotas possibilidades de êxito por falta de bens à penhora".

Verificou a comissão de inquérito que a situação de 90% dos créditos era "estranha", demonstrando a "gravíssima e irresponsável atitude dos ex-administradores, que colocaram em alto risco o patrimônio do Banco". Em todas essas transações foram pagas comissões de agenciamento no valor de 15%, sendo 9% transferidos para Belém e 6% retidos no Rio de Janeiro. Essas comissões atingiram 33 milhões de cruzados, dos quais 20 milhões foram transferidos para Belém pelo intermediário de todos os negócios, Guilherme Feldhaus, e os restantes 13 milhões divididos entre sete pessoas. As empresas beneficiadas emitiram 111 cheques para pagar essas comissões, "com coincidências de valores, beneficiários, datas dos recebimentos concomitantes às liberações", segundo o relatório da comissão. Nas três agências, as comissões - segundo avaliação conservadora - teriam atingido mais de 50 milhões de cruzados.

As transferências eram feitas por Feldhaus através da Incomex, "dormiam" alguns dias no Banco Itaú e depois era repassadas para as contas de Augusto e Augustinho no Lloyds e no City Bank. Augusto autorizou a dispensa de 50% da correção monetária (no valor de 770 mil cruzados) para que a Incomex, uma empresa ainda em fase de organização, liquidasse antecipadamente seu débito para com o Basa. Feldhaus o visitava constantemente na sede do banco.

Graças ao agenciamento excepcional, firmas inexistentes fisicamente, como a 3 B Rio Indústria de Borracha e a ABE Injetados Plásticos para Eletricidade, levantaram entre 20 e 22 milhões de cruzados. A característica comum das operações são seus valores - de 6, 8, 10 e 12 milhões de cruzados - e terem sido autorizadas "única e exclusivamente pelo ex-Diretor Augusto Barreira Pereira", que as deferia em limites superiores aos da sua alçada - de 6 milhões para cada diretor - ao assumir interinamente a presidência.

O estouro de Itaituba — Estas mesmas características estão presentes nas operações feitas em Itaituba. Quando Ordep Coelho da Silva assumiu a gerência, em agosto do ano passado, as aplicações na área de crédito geral eram de apenas 1,4 milhão de cruzados. Quatro meses depois o saldo das aplicações já era de 15 milhões. Em maio, o Basa já havia despejado na praça 250 milhões, volume que no final de agosto chegou a 380 milhões e, projetado para o final do ano, com os encargos financeiros, ultrapassará 800 milhões de cruzados se não for ao menos parcialmente amortizado. As aplicações do Banco do Brasil, tradicionalmente o mais forte, não vão além de 50 milhões em Itaituba.

Empresas sem cadastro, que nunca operaram com o Basa ou não lhe davam reciprocidade, recebiam dinheiro e logo o transferiam para bancos particulares locais, com aplicação diária no "over night". O gerente aplicou maciçamente em firmas comercializadoras de ouro, que sempre transacionaram à vista, graças à automática liquidez do metal. Mas se esqueceu de protestar sete duplicatas, no valor de pouco mais de um

milhão de cruzados, perdendo assim o direito de regresso sobre esse dinheiro.

Na semana passada, os 22 beneficiários dessas transações vieram a Belém tentar uma composição com a direção do Basa, sem muito sucesso depois de três horas de reunião. Alguns são virtualmente analfabetos ou semi-alfabetizados, outros não têm patrimônio para responder pelas dívidas, mas estariam dispostos a compô-las para pagamento com a redução dos encargos financeiros, o que significaria juros abaixo do mercado. A atual diretoria provavelmente não terá condições de assumir um compromisso dessa envergadura, mesmo que a outra alternativa seja a perda dos créditos e a necessidade de supri-los.

A um dos empresários foram prometidos 240 milhões de cruzados, dos quais só 30 milhões foram liberados. Ele disse que só recebeu mesmo seis milhões, porque os outros 24 milhões foram pagos antecipadamente a Augusto Jr. por conta de sua comissão de 10%. No depoimento que prestou à comissão de inquérito, no dia dois de outubro, José Valderi de Oliveira, um próspero comercializador de ouro mais conhecido pelo apelido de Espadim, disse ter feito várias remessas de dinheiro para Augustinho, através do Bradesco, do Itaú e do próprio Basa, em valores que somam mais de 10 milhões, sendo cinco milhões destinados à compra da Bermasa, uma empresa madeireira instalada em Belém. Quando ia ao escritório de Augustinho, Espadim sempre encontrava "diversos clientes do Basa tratando de financiamentos".

Segundo os empresários de Itaituba, à frente dos quais está Sílvio Macedo, que também é comerciante, foram liberados Cz\$ 380 milhões, mas as promessas atingiam várias vezes esse valor, "talvez cinco ou seis vezes mais".

Belém: maior destaque — O maior rombo, porém, foi praticado na principal agência do Basa em todo o país, que funciona em sua própria sede, na avenida Presidente Vargas, em Belém. Ali foram aprovadas 507 operações, no valor de 1,2 bilhão de cruzados, duas vezes o capital do banco, dos quais quase 500 milhões são considerados créditos anormais, de difícil retorno. As irregularidades foram de todo tipo e inacreditáveis.

A agência adotou como prática antecipar dinheiro a clientes por conta de empréstimos que ainda iriam ser concedidos e lançou o débito como títulos descontados, quando na verdade deveria tê-lo contabilizado como adiantamento a clientes. Os juros nos primeiros tipos de operações variam entre 15% e 19%, enquanto nos adiantamentos vão de 31 a 34%. Uma das empresas beneficiárias desse favor, que acarretava prejuízo ao banco, foi a A. P. Engenharia, que recebeu em abril 616 mil cruzados por conta de um empréstimo de capital de giro de três milhões de cruzados. Em quatro transações, a empresa obteve 8,2 milhões de cruzados, mesmo com dados cadastrais desfavoráveis. Um dos donos da A. P. é Luiz Guilherme Barbalho, irmão do ministro Jader Barbalho.

Os políticos tinham um acolhimento de gabinete e generoso, conforme o então chefe de gabinete de Barreira. Em seu depoimento, Antonio Nunes da Silva

declarou que a todo momento o diretor recebia solicitações dos ministérios, "solicitando interferências para agilização de operações de créditos". Citou como exemplo Paulo Maia, que ocuparia "função importante na presidência da República".

Assim, a agência descontou duas notas promissórias - de 7 milhões e 2,2 milhões de cruzados - da Agropecuária Boa Sorte, embora a empresa tivesse emitido cheques sem fundos e houvesse restrições contra um dos avalistas, o deputado federal (PMDB) Fausto Fernandes, sem limite cadastral. O gerente Clélio Pontes explicou que o deputado, "pessoa de difícil relacionamento", se escudava "em sua posição" e buscava "atendimento às pretensões de suas empresas nas altas esferas da Administração do Banco, por onde, normalmente, é atendido". Mas fez a observação de que o deputado sempre liquidou, "sem maiores problemas", seu débito.

Mais bem servido ainda foi Newton Carneiro, que fez várias operações na agência. Quando já estava com um saldo negativo de 25 mil cruzados, ele emitiu, entre os dias 27 e 28 de maio, dois cheques sem fundos, um de 880 mil e outro de sete milhões de cruzados. O sub-gerente mandou devolver o segundo cheque, mas foi obrigado a honrá-lo porque o gerente, de ordem do diretor, mandou cancelar o carimbo de devolução e acatar o cheque. O saldo devedor foi contabilizado na conta Títulos Descontados e seria liquidado com um empréstimo destinado a capital de giro, cuja proposta ainda estava em transição.

O mesmo Newton Carneiro recebeu outro favor. No dia 19 de junho ele estava no gabinete do gerente quando recebeu a minuta de um contrato de crédito industrial no valor de 12 milhões de cruzados, com data desse mesmo dia e vencimento a 15 de março de 1988. Carneiro se recusou a assinar e Clélio determinou que o documento fosse rebatido com a data atrasada, do dia 11 e vencimento em sete de março do próximo ano. Assim, o cliente beneficiou-se dos efeitos da deflação instituída no dia 12, uma semana antes. A alteração de contrato para esse tipo de "favor" deu ao Basa prejuízo de Cz\$ 20,7 milhões.

Com operações desse tipo o banco jogou fora seus recursos de curto prazo. Quase 40% dos 5,6 bilhões de aplicações em crédito geral apuradas no primeiro semestre seguiram pelas três agências, totalizando 2,1 bilhões de cruzados. Segundo a "previsão otimista" da auditoria de agosto, seria possível reaver 888 milhões de cruzados: 30% do que foi aplicado no Rio de Janeiro, 40% das aplicações em Itaituba e 50% dos créditos irregularmente concedidos em Belém.

Mesmo nessa projeção otimista, ainda não confirmada pelos fatos, o efeito será explosivo sobre as contas do Basa. Quase metade dos 3,6 bilhões de lucro registrados no balanço do primeiro semestre (1,7 bilhão) foram obtidos nas três agências. Como esse dinheiro ainda não foi devolvido, significa que se trata de mera escrituração contábil, nada mais do que papel. Assim, a medida que os débitos forem vencendo, o banco terá de fazer provisionamento dos valores. Da evolução desse movimento dependerá seu futuro, que hoje é incerto e não sabido.

Andando firmemente para trás

Depois das medidas adotadas na semana passada, ficou difícil dizer como o governo executará a reforma agrária. Excluindo das desapropriações os latifúndios, voltará à regularização fundiária, arma da Velha República.

Para combater a UDR (União Democrática Ruralista), a principal trincheira de resistência à reforma agrária, o governo adotou-lhe as idéias. Esta estranha lógica está por trás do decreto-lei 2.363, assinado pelo presidente José Sarney exatamente um mês depois que o ex-governador do Pará, Jáder Barbalho, assumiu o Ministério da Reforma e Desenvolvimento Agrário. O próprio Jáder só soube do documento, preparado pelo Consultor-Geral da República, Saulo Ramos, quando a minuta já estava redigida e pronta para ser submetida ao presidente, que a referendou no dia 21. Mas o ministro não apenas aprovou o texto, como se tornou seu defensor e escudeiro.

O principal argumento apresentado em defesa das medidas é de que elas esvaziarão a UDR. Dos 4.559.982 imóveis rurais cadastrados no extinto Incra, apenas 118.541 (ou 2,6% do total) poderão ser desapropriados. Foram excluídas todas as propriedades com mais de 1.500 hectares na Amazônia, mil hectares no Nordeste, 500 hectares no Centro-Oeste e 250 hectares no restante do país. Elas somam 4.441.269 imóveis rurais.

Com essa exclusão, o governo pretende retirar da clientela da UDR os pequenos e médios proprietários, assustados com a esquerda e — mais ainda — com a propaganda alarmista e tendenciosa dos adversários do Plano Nacional de Reforma Agrária. Eliminando os extremismos de ambos os lados do espectro ideológico, o governo poderia realizar sua utopia, inédita na história universal: uma reforma agrária consensual, negociada, harmônica.

Esse nirvana de entendimento já se estaria materializando na própria reação do presidente da UDR, Ronaldo Caiado, que recebeu com simpatia as providências e saudou — com o destaque de praxe na grande imprensa — o fim da "conotação ideológica" na reforma agrária com a extinção do Incra.

Perfumaria Agrária — Se o decreto-lei tem o simpático efeito de retirar o guante da desapropriação de cima da cabeça de 97,4% dos imóveis rurais, quase por consequência ele provoca a frustrante constatação de que a reforma passa a ser perfumaria agrária. Ela está virtualmente abolida na principal egião de produção agropecuária do país, a partir de

Minas Gerais até o Rio Grande do Sul. Se na Amazônia 64% da área dos imóveis rurais permaneceu passível de desapropriação, na parte mais valorizada do Brasil esse percentual foi reduzido para 23%.

Mas ainda haverá um decréscimo maior quando os detentores de imóveis situados nos limites das áreas mínimas fixadas pelo governo desmembrarem suas propriedades. É o que seguramente farão, transferindo para os nomes de parentes e amigos parcelas do imóvel original, seccionado em tantas parcelas quantas forem necessárias para vaciná-lo contra a desapropriação. Será um mero arranjo cartorial, sem influência na exploração física da terra.

A maioria dos proprietários, porém, sequer precisará recorrer a artifícios semelhantes. O decreto diz que não poderá ser desapropriada a área "em produção". A expressão, deliberadamente vaga, revoga na prática o artigo 19 do Estatuto da Terra (derrocado em muitos outros dispositivos, na aberração de um decreto revogar uma lei). Até então, só as empresas rurais estavam imunes à desapropriação e a finalidade básica do Estatuto, editado pelo governo militar no auge de sua popularidade, em novembro de 1964, era justamente a de modernizar a estrutura de produção agrícola eliminando as unidades obsoletas, o minifúndio de um lado e o latifúndio de outro.

Se o Estatuto da Terra, velho de 23 anos, estivesse sendo aplicado, nenhuma propriedade rural poderia ter mais do que 72 mil hectares (600 vezes o maior módulo, para reflorestamento). O maior imóvel regularmente cadastrado no Incra alega possuir quatro milhões de hectares. Apenas 24 proprietários detêm tanta área quanto a que o governo considerou necessária para o assentamento de 1,4 milhões de lavradores e trabalhadores rurais.

Técnicos ligados ao ministro Jáder Barbalho procuravam atenuar o efeito da medida argumentando que, a ser baixada em 30 dias, a regulamentação poderá minimizar as consequências dessa extrema liberalidade, que liquida com a reforma agrária e a substitui pela ineficaz regularização fundiária, mera emissão de títulos, praticada pelos governos militares, que a Nova República quis abolir através do PNRA. Sinal nesse sentido é a indicação, para a presidência

do recém criado Inter, do advogado Wellington Mendes Lopes, um dos mais assíduos colaboradores da Velha República nas questões fundiárias.

Nada para desapropriar — No entanto, é pouco provável que a regulamentação escape ao delineamento do decreto. Ao excluir das desapropriações os imóveis com áreas entre 1.500 e 250 hectares, conforme sua localização geográfica, ele protegeu boa parte dos latifúndios por exploração, caracterizados em função da relação entre a área total e a área utilizada (por isso, um imóvel com 200 hectares pode ser latifúndio se for mal explorado). Os latifúndios por dimensão (acima de 600 vezes o módulo rural específico, que vai de três a 120 hectares, conforme a destinação) foram protegidos pelo decreto que aprovou o PNRA, em outubro de 1985. Somados, os critérios de exclusão de imóveis das desapropriações são tão amplos que deixam muito pouco para ser incluído.

Mas, além desse dispositivo, que faz o país que regridir constitucionalmente ao período anterior à cobrança de função social para a propriedade, há outras normas tão ou mais negativas dentro do decreto.

Mesmo o proprietário que tiver seu imóvel desapropriado ganhará um seguro contra eventuais incursões do governo no futuro sobre 25% da área original, que lhe será reconhecida como de domínio "e que se tornará insuscetível de nova desapropriação para fins de reforma agrária". Será uma oportuna saída para aqueles que já estavam ameaçados de perder toda a propriedade por causa de ocupações de posseiros.

Mais beneficiado estará ainda o detentor de projetos agropecuários na Amazônia. O governo vai exigir que lhe seja transferido "o domínio de dez por cento da área beneficiada e que será, sob a supervisão do Mirad, utilizada no assentamento de pequenos agricultores". É a materialização da "reserva de

posseiros", que a Associação dos Empresários da Amazônia, com sede em São Paulo, propôs no início da administração Figueiredo. Através dessa área de confinamento, as fazendas terão mão-de-obra de reserva e poderão comercializar a diversificada produção agrícola desses colonos. Na época em que lançou a idéia, a AEA — um dos fortes redutos da UDR — pensava em arcar com o ônus da implantação dos assentamentos. Agora o governo assume a responsabilidade. Sairá muito mais barato — para os empresários, naturalmente.

Alguns avanços propiciados pelo decreto-lei, como a imissão imediata na posse das áreas desapropriadas quando o proprietário concordar em ficar com a reserva de 25%, ou a inalienabilidade dos títulos de domínio de terras, são absolutamente secundários diante do retrocesso geral que as novas medidas vão provocar. Com muita propaganda e eficiência no "glamour" usado, o governo poderá minimizar reações negativas a essa nova contra reforma agrária e conquistar novas adesões em setores da opinião pública (ou publicada) para medidas sintomaticamente adotadas às vésperas da deliberação da Assembléia Nacional Constituinte sobre a questão e do encontro nacional da UDR. Mas certamente agravará as distorções que já existem e são graves na estrutura agrária brasileira.

Ao ministro Jáder Barbalho restará o questionável consolo de alegar que não inspirou as providências. Elas nasceram (ou foram envernizadas) no escritório do consultor Saulo Ramos, atelier contumaz para esse tipo de arquitetura jurídica sinuosa. Mas a autoria indireta indica que se em tão pouco tempo o ex-governador paraense já se dispôs a consumir sapo desse porte, no futuro se submeterá a cardápio mais indigesto. Esse estado de espírito é que dá unidade à administração Sarney.

Futuro: incógnita ameaçadora

Só depois que digerir os três alentados volumes dos inquéritos administrativos instaurados em Belém, Itaituba e Rio de Janeiro é que o ministro do Interior, João Alves Filho, estará em condições de decidir sobre a indicação do novo presidente do Banco da Amazônia. Isso ele mesmo disse ao presidente interino do banco Luiz Estanislau Lobão, na conversa que tiveram no dia 21, em Brasília. Também significa que uma definição não ocorrerá antes do final de novembro.

A escolha do novo presidente, no entanto, não dependerá exclusivamente do ministro do Interior, nem da simples leitura dos inquéritos. Mais do que nunca, há um forte jogo de pressões diretamente relacionadas ao cargo, mas também engatadas na crise política nacional e nos problemas econômicos enfrentados pelo país. A combinação dessas

circunstâncias não poderia ser mais desfavorável ao BASA.

Pelo processo natural, o sucessor deveria ser Matias Pereira, que foi indicado pelo Amazonas e recebeu o endosso do Pará. Mas o nome enfrenta resistência em Brasília e já estaria sendo renegociado em Belém e Manaus, onde outras alternativas passaram a ser examinadas. O ex-presidente Delile Guerra de Macedo sugeriu o nome do ex-superintendente da Sudam, Hugo de Almeida, que atualmente trabalha ao lado de Maurício Vascancelos no Gabinete Civil da Presidência da República, como assessor do ministro Ronaldo Costa Couto. Delile acreditava que Hugo de Almeida seria uma opção técnica, acima das disputas políticas regionais. A vizinhança com o genro do ex-diretor Augusto Pereira, porém, poderia comprometer essa imagem.

As dificuldades para chegar a um nome capaz de compor todos os interesses, ou ao menos os mais fortes, ameaça deixar o Basa mais uma vez exposto aos azares da interinidade, que estão na origem dos desmandos praticados em sua administração. Desta vez, não há mais grupos políticos solidariamente definidos. No Amazonas, Amazonino Mendes e Gilberto Mestrinho estão se distanciando, assim como Hélio Gueiros e Jáder Barbalho. Os compromissos de ontem não são mais os de hoje. A nível administrativo também há intenções conflitantes, principalmente sobre a amplitude das medidas que devem ser adotadas com base na apuração das irregularidades, que uns querem limitar e outros, aprofundar. De qualquer maneira, se alguém quisesse prejudicar o Banco da Amazônia, não poderia fazer melhor.